

O SOCIAL E O HUMANO



SÓ HÁ DEMOCRACIA SE OS DEMOCRATAS FOREM MILITANTES

Não. Não têm de ser militantes *partidários*. Mas têm de ser militantes da *democracia*. Estamos a viver tempos que não podem senão deixar os democratas inquietos.

A natureza exploradora, oprimadora, agressiva e predadora do poder económico e financeiro não hesitará em recorrer à força, com a guerra ou com o apoio à extrema-direita, como já fez várias vezes ao longo da História, para impor os seus objectivos de maior dominação dos povos e acumulação de lucros.

É absolutamente imprescindível que aqueles que vivem do seu trabalho arranjem tempo e energia para fazer frente a esse retrocesso.

Em Portugal, depois de um período em que se afastou a direita do poder com um entendimento que reflectia a vontade de mudança, e de implementação de políticas sociais que fossem ao encontro das reivindicações dos trabalhadores, expressa nas urnas, o PS fez chantagem ao país para voltar a governar sem amarras e mostrar a sua verdadeira natureza.

Está à vista: aumentos das prestações dos empréstimos, aumento das rendas, aumentos dos preços dos bens alimentares, dos combustíveis. Aumentos dos lucros da banca e das grandes multinacionais. Sem aumentos reais dos salários, trata-se de uma transferência directa dos bolsos dos trabalhadores para os dos mais ricos. O governo sabe-o e não pretende que seja de outra forma.

Isto apresenta um problema sério para os democratas. Muitos serão os que, legitimamente revoltados, poderão ser levados a acreditar que as acusações vazias e hipócritas dos partidos de direita, nomeadamente do PSD, Chega e Iniciativa Liberal, são a solução. Bem sabemos que não é assim e que, no essencial, a direita vota com o PS quando toca proteger as margens de lucro, a manter as limitações ao Código do Trabalho (ainda com medidas em vigor dos tempos da troika!).

Por outro lado, há também o risco de chantagem feita pelo PS, como aliás já fez nas últimas eleições, de que só o voto nesse partido pode travar a chegada da extrema-direita ao poder.

Mas a luta cresce. E polariza-se o debate político. Mais uma razão para que todos tragam os seus colegas de trabalho, os seus vizinhos, familiares e amigos, a uma tomada de consciência elementar – a unidade deve ser construída e ser ampla, para que consigamos travar os perigos que se colocam à democracia.

A PRECARIEDADE É QUE MATA A CIÊNCIA

O Dia Nacional dos Cientistas, 16 de Maio, foi este ano celebrado com uma manifestação de trabalhadores científicos organizada por diversas estruturas representativas das instituições científicas e de ensino superior, nomeadamente a ABIC, a FENPROF, a FSTPFS e núcleos locais como o Núcleo de Bolseir@s, Investigador@s e Gestor@s de Ciência da FCSH. Cerca de 1500 investigadores com bolsas, contrato de trabalho ou vínculos pontuais, gestores de ciência, falsos docentes convidados e docentes de carreira juntaram-se em Lisboa e, entre a Reitoria da Universidade de Lisboa e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, reivindicaram o fim efectivo da precariedade no ensino superior e na ciência. Naquela que já é considerada a maior manifestação do sector, sobressaiu o alargado consenso sobre a urgência da abertura de concursos para as carreiras, integrando quem trabalha com vínculos precários e garantindo a continuada abertura de lugares permanentes; o fim do Estatuto do Bolseiro de Investigação; a valorização das funções técnicas e de gestão e comunicação de ciência; e a necessária dotação orçamental contínua que permita combater o subfinanciamento crónico do ensino superior e da ciência.

A ministra Elvira Fortunato não recebeu os manifestantes, optando por ir a uma iniciativa em Évora anunciar que o seu plano de combate à precariedade consiste na abertura de talvez 1000 lugares para as carreiras de docente e de investigação através de um programa – o FCT tenure – que nada resolve. Esta poção mágica de combate à precariedade prevê que a FCT financie 50% dos contratos de investigadores doutorados durante três anos, sendo que cabe às instituições decidir se abrem concursos para a carreira docente ou de investigação, tal como cabe às instituições assegurar o pagamento dos salários após esses anos iniciais. Pouco mais se sabe, mas também não é preciso muito mais para antecipar a catástrofe.



Em primeiro lugar, são 1000 lugares para 3618 investigadores que actualmente trabalham com vínculos precários (número abaixo da realidade, já que não contempla as bolsas de pós-doc e outros vínculos que não os contratos ao abrigo do DL57).

Em segundo lugar, a abertura desses 1000 lugares está dependente da vontade e da estratégia de cada instituição (relembremos aqui programas anteriores como o PREVPAP ou mesmo a Norma Transitória do DL57 para prever a posição de muitas instituições).

Em terceiro lugar, não só estabelece que a FCT deve passar a financiar docência, como não aumenta em 1€ que seja o financiamento das instituições de ensino superior e de ciência. Em quarto lugar, ignora todos os restantes trabalhadores científicos que trabalham ao abrigo de outros vínculos precários e/ou noutras funções.

Tendo a maior manifestação de sempre à sua porta, a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior opta por nada fazer. Nada de novo no reino da maioria absoluta do Partido Socialista.

Os manifestantes já fizeram saber que esta foi apenas a primeira manifestação de uma luta que não terminará até que seja feito um efectivo combate à precariedade, sendo que a luta contra a precariedade é também a luta por outro ensino superior e outra ciência com todos e para todos. É também esta a posição do PCP, que desde há décadas tem procurado dar resposta às reivindicações do sector através de diversas medidas apresentadas na Assembleia da República, medidas essas reiteradamente chumbadas. Os recursos existem e soluções existem e estão dadas. Cabe ao governo e às instituições fazer cumprir o que só pela rua conseguem ouvir. Tomem-se, então, as ruas até que o eco ganhe forma de medidas reais, concretas e definitivas.

VERDE, OURO OU DIAMANTE? PARECE ACESSO ABERTO, MAS PAGA-SE CARO

Tem-se discutido a ideia de que o acesso ao conhecimento científico pode ser democratizado e generalizado enfrentando verdadeiros *gatekeepers*, como as grandes multinacionais de publicações científicas. A política de *open access* agora defendida como política oficial da UNESCO e da UE é consciente dos “benefícios da publicação em acesso aberto, como forma de disseminar o acesso ao conhecimento e como imperativo resultante do financiamento público da investigação” (diz a FCT).

Tudo verdade. Mas não se pense que ao estimular e apoiar a publicação em *open access*, os Estados e as instituições estejam realmente a democratizar o acesso ao conhecimento. As publicações continuarão a ser feitas nas mesmas revistas académicas destas gigantes editoriais.

Onde antes era o leitor a pagar a assinatura ou artigo, agora o ónus recai sobre o autor: ao publicar um artigo aberto será em acesso “verde” ou “dourado”. No primeiro, o artigo antes de ser publicado tem de ser alojado num “repositório de acesso” (também ele por vezes academicamente fechado); no outro, o artigo pode estar disponível *online* quase de imediato mas para isso o autor (ou a sua instituição) terá de pagar mais. A não ser que decida publicar nas revistas “diamante”, acessíveis em verdadeiro *open access* mas normalmente com *rankings* mais baixos. Ou seja: ao rejeitar as vias “verde” e “dourada” abrir-se-ia toda uma potencialidade de partilha do que nos pertence por direito e que foi cativado por causa desta ideia de que o conhecimento tem de ser mercantilizado e dar lucro.

Esta solução procura evitar ao máximo tocar no que é essencial: é a enésima tentativa de “humanizar” o capitalismo através de mais um golpe para não tocar no privilégio destas multinacionais e continuar a olhar para a ciência como uma mercadoria.

Pagamos milhões a estas empresas, já não para fazerem *gatekeeping* do conhecimento, mas para o disseminarem “democraticamente” a custos altíssimos para os Estados e instituições. Aliviamos assim a consciência de que a produção científica (já financiada pelos Estados) continua num aparente “domínio público”, alimentando vícios privados.

No sistema científico universitário, o nosso trabalho enquanto estudantes, docentes ou investigadores implica, muitas vezes, estarmos a par do estado da arte numa disciplina, lermos o último artigo sobre um tópico de pesquisa, cruzarmos fontes com os nossos argumentos.



Sabemos que, apesar de estarmos a incorrer numa “ilegalidade” ao aceder a um site de partilhas como o Sci Hub ou o Z-library – e a alimentar outra “ilegalidade” (o “roubo” de artigos científicos a empresas como a Taylor & Francis) – se tornou praticamente inevitável recorrer a estes sites que põem o conhecimento nas mãos de todos e não apenas de alguns, uma elite académica normalmente concentrada em países ricos.

Na NOVA nem sempre temos acesso a todas as revistas ou livros científicos de que precisaríamos para fazer a ciência que nos é exigida. Essa é uma das formas de estratificação do próprio sistema científico: em Harvard ou em Oxford há acesso a tudo. Mas basta consultar o catálogo da NOVA para se perceber que, tantas vezes, não podemos consultar um artigo porque a Universidade não tem capacidade para pagar a sua assinatura.

Empresas como a Elsevier, a Taylor & Francis ou Springer concentram mais de 50% do mercado de publicações académicas do mundo. Só em 2022 a Elsevier, que publica mais de 3000 revistas académicas, fez 2.80 mil milhões euros de receita, com margens de lucro superiores à Apple ou Google. O relatório anual de 2019 da European University Association estimava em mil milhões de euros os gastos de universidades europeias em acordos de publicação com empresas como a Elsevier. No fundo, estas editoras só fazem lucro, já que todo o trabalho de escrita, edição, *peer-review* e publicação foi feito sem remuneração pelos cientistas e pelo investimento público em ciência dos Estados.

INVESTIGADORES ESTRANGEIROS: SÃO MUITOS, MAS QUASE INVISÍVEIS

Em Novembro de 2022, a imprensa dava conta de que havia quase 70 mil alunos estrangeiros a estudar em Portugal. Esse número representava o aumento em dobro nesta última década. Números muito significativos, de onde sobressaem alguns países: a Guiné-Bissau, Cabo-Verde, Angola, Espanha, França, Itália, Alemanha, Moçambique, China e Brasil. Os estudantes brasileiros ocupam o primeiro lugar dessa lista. Em 2018, a Universidade de Coimbra atingiu 20% de estudantes internacionais. A entrada desses alunos nessas instituições proporciona uma maior diversidade de ideias e pensamentos.

A situação dos investigadores, que procuram obter o grau de mestre ou doutoramento, é certamente diferente da de quem vem fazer a sua licenciatura. Mas, nos discursos oficiais, não é tanto o intercâmbio e a possibilidade de criar ambientes de grande abertura que se valoriza.

Em 2015, João Gabriel Silva, reitor da Universidade de Coimbra, previa um facturamento de 2,5 milhões de euros com as propinas dos estudantes estrangeiros, nos quais estão incluídos os doutorandos, que pagam para trabalhar para as instituições, podendo ou não ter bolsa da FCT. Mas quem pode entrar para os quadros e estar integrado plenamente na vida dessas instituições?

Na página da NOVA, uma das universidades que, de acordo com o DGEEC, é das que mais estrangeiros atrai, existem actualmente 3408 estudantes estrangeiros (de 110 nacionalidades) inscritos em programas que visam a obtenção de graus e 1128 estudantes estrangeiros inscritos em programas de mobilidade. Entre os seus cerca de 2300 docentes e investigadores, apenas 199 são estrangeiros, muito por via da chegada de investigadores nos últimos anos.

A ausência da carreira de investigador, e as dificuldades de acesso à de docente, afectam de uma forma particular os estrangeiros. Estas centenas de investigadores, que estão a contribuir com o seu pensamento e trabalho para o desenvolvimento da ciência em Portugal, correm o risco, com as opções políticas implementadas na ciência, de ficar sem trabalho, de interromper a sua investigação e de terem que voltar para o seu país ou ir para outro para poderem prosseguir.

Só quebrando estas barreiras se pode alcançar uma universidade que promova a diversidade de pensamento, a crítica, a reflexão, e não formas de estar atentatórias da dignidade do ser humano, das quais o racismo e a xenofobia são um exemplo.



É necessário identificar problemas concretos que são os destes estudantes e investigadores: as dificuldades de integração e, muitas vezes, de sobrevivência, as barreiras causadas pela necessidade de reconhecimento de diplomas, barreiras em custos e em tempo perdido.

Estas barreiras parecem demonstrar que as universidades portuguesas estão mais interessadas em acolher estudantes e investigadores estrangeiros por motivos financeiros, critérios de diversidade ou internacionalização, do que em integrá-los realmente nas suas instituições.



FICHA PARA CONTACTO

Se pretendes aderir ou participar no PCP, preenche os seguintes dados que nos permitirão contactar-te

RECORTA E ENVIA PARA: Partido Comunista Português • Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa, Portugal • s.intelectual@dori.pcp.pt

Nome

Morada

Código-postal

Telemóvel

Endereço electrónico